

Mozeni Truká: mais uma liderança
é assassinada em Pernambuco

Páginas 8 e 9

Povo Guajajara realiza sua 1ª assembléia
e aldeias são invadidas horas depois

Páginas 10 e 11

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXX • Nº 308 • Brasília-DF • Setembro-2008

R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

RAPOSA SERRA DO SOL

DEMARCAÇÃO CONTÍNUA

Indígenas comemoram voto favorável no STF

Páginas 2, 3, 4 e 5

Indígenas comemoram voto no STF favorável à homologação

Voto do relator, Carlos Ayres Britto, defendeu a manutenção da homologação, mas o ministro Carlos Menezes Direito pediu vistas do processo suspendendo o julgamento

Marcy Picanço
Repórter

Foto: Mayra Lima

A quarta-feira, 27 de agosto, foi de vitória parcial para os povos indígenas do Brasil. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, votou pela manutenção da homologação da terra Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima, considerando não-válidos todos os argumentos contrários à demarcação em área contínua. Após o voto de Britto, que é relator do processo que trata da questão, o ministro Carlos Menezes Direito pediu vistas do processo, por isso, o julgamento foi suspenso para que ele possa analisar melhor o caso.

O voto do relator foi recebido com muita festa pelos indígenas que estavam em Brasília acompanhando o julgamento. “O voto foi muito bom e foi a nosso favor. Agora vamos esperar com tranquilidade a continuação do julgamento. Os outros ministros também vão votar com a Constituição”, afirmou confiante Dejacir da Silva, do povo Macuxi.

Durou o dia inteiro a primeira parte do julgamento da Ação Popular 3388, que pede a anulação da Portaria que delimitou a terra indígena Raposa Serra do Sol. Pela manhã, os advogados das partes a favor e contra a homologação apresentaram seus argumentos.

O ex-ministro do STF Francisco Rezek, advogado do estado de Roraima, lembrou que o Supremo nunca consentiu que se “esbulhe um palmo de terra a que os povos têm direito”. Rezek criticou a Constituição, pois esta não garante a participação do Legislativo no procedimento de demarcação de terras indígenas: “É ou não é rasteiro o nível legislativo com que se trata esse assunto?”. Ele disse que esta decisão foi “um presente do Congresso da época [1988] para o governo da época”. Rezek também afirmou que Roraima seria um estado virtual, por só administrar 10% de seu território.

O advogado dos arroteiros, Luiz Valdemar Albrecht, defendeu a anulação da Portaria que delimitou a terra Raposa Serra do Sol, alegando falhas no procedimento de demarcação. Afirmou que não



houve trabalho de campo para se fazer o laudo antropológico, que as partes contrárias à demarcação não puderam ser ouvidas e uma pessoa citada como técnica do estudo é, na verdade, motorista de um deputado de Roraima.

Indígena no Supremo

O Advogado-Geral da União, José Antônio Dias Toffoli, refutou as acusações de fraude do laudo antropológico, ressaltando que elas tratam o Ministério da Justiça e a Presidência da República como se estes fossem leviãos. Também lembrou que, de fato, o que se questiona na Ação é a existência de terras públicas em áreas de fronteira e no território dos estados. Em outros estados, segundo Toffoli, grande parte da terra pertence à iniciativa privada e ninguém contesta isso.

Após Toffoli, o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães, representando a comunidade Socó, do povo Macuxi, apresentou o histórico

do procedimento administrativo da demarcação. Ele mostrou que desde 1977 houve inúmeros momentos de contestação à homologação, inclusive, todos os argumentos que constam na Ação já haviam sido apresentados ao longo destas décadas. “Não existe meio termo no respeito constitucional aos direitos dos povos indígenas”, afirmou Guimarães.

A última advogada a falar foi Joênia Carvalho, do povo Wapichana. Pela primeira vez, uma indígena apresentou uma defesa oral na Suprema Corte do país. Após cumprimentar os presentes na sua língua materna, Joênia lembrou da violência e da discriminação sofrida pelos povos de Raposa Serra do Sol: “Ouvimos de nossos avós que eles carregaram nas costas os marcos da fronteira do Brasil e agora somos acusados de ladrões dentro de nossa própria terra. Foram 21 indígenas assassinados nos últimos anos e ninguém foi punido”.

Antes do voto do relator, o Procurador Geral da República, Antônio Fernando Souza, pediu que a Ação fosse considerada improcedente. Souza lembrou que a Constituição de 1988 garantiu o caráter plural da sociedade e o julgamento está tratando da proteção que o constituinte garantiu aos povos indígenas.

Voto: demarcação contínua

O voto de Ayres Britto, apresentado em cerca de três horas, mostrou a inconsistência de todos os argumentos contrários à demarcação. Com base na Constituição e em outras referências, Britto mostrou que terras indígenas não ameaçam a soberania, o pacto federativo e o desenvolvimento. Também afirmou que o laudo antropológico de Raposa Serra do Sol foi feito em perfeito respeito à lei, por isso, decidiu pela improcedência da Ação Popular, determinando a retirada dos ocupantes não-indígenas da terra. ➔



Foto: Luiz Silveira/STF



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Indígenas de Raposa acompanharam o julgamento em Brasília e receberam o apoio de movimentos sociais

Joênia Wapichana é a primeira indígena a apresentar sustentação oral na Suprema Corte. Ao lado, o assessor do Cimi e advogado da comunidade Socó (RR), Paulo Machado, dá a notícia do voto do relator aos indígenas que comemoram



Indígenas Makuxi, Ingarikó, Patamona, Taurepang e Wapichana tem seu "direito originário" em relação à terra defendido pelo relator, ministro Carlos Ayres Britto

Em relação à questão da soberania nacional, Britto lembrou que o Estado pode e deve proteger e estar presente nas terras indígenas, por meio de militares e da assistência à saúde e educação – direitos dos povos. “Se o Poder Público se faz ausente em terras indígenas, tal omissão é de ser debitada exclusivamente a ele, Estado, e não aos índios brasileiros”.

Britto também afirmou ser falso o antagonismo entre desenvolvimento e povos indígenas: “Ao Poder Público de todas as dimensões federativas, o que incumbe não é hostilizar e menos ainda escorraçar comunidades indígenas brasileiras, mas tirar proveito delas para diversificar o potencial econômico dos entes federativos”.

Enxotados e resistentes

Sobre o laudo, Britto estranhou os autores da ação chamarem de genérico e abstrato o laudo antropológico fartamente embasado. Lembrou, por exemplo, que o erro de terem chamado um motorista de técnico foi corrigido nas páginas seguintes do próprio laudo.

Ayres Britto também reafirmou que cabe ao Executivo efetivar o procedimento de demarcação de terras. Segundo o ministro, “há precisas coordenadas constitucionais para a identificação das terras a demarcar”, por isso não é necessário lei infraconstitucional.

No final do seu voto, Britto lembrou os danos ambientais causados pelos arroteiros e como os indígenas foram maltratados pelos invasores: “Os rizicultores privados, que passaram a explorar as terras indígenas somente a partir de 1992 (...), não têm qualquer direito adquirido à respectiva posse. (...) As posses antigas, que supostamente lhes serviram de ponto de partida, são, na verdade, o resultado de inescusável esbulho. Como sobejamente demonstrado no laudo e parecer antropológicos, os índios foram de lá empurrados, enxotados, escorraçados. Não sem antes opor notória resistência, fato que perdura até hoje”.

Um direito indiscutível

Entenda o voto do relator, ministro Carlos Ayres Britto, a favor da demarcação contínua

Roberto Antonio Liebgott
Vice-presidente do Cimi

Cláudio Luiz Beirão
Advogado e assessor jurídico do Cimi

O Supremo Tribunal Federal (STF) deveria ter decidido, no dia 27 de agosto último, sobre a legitimidade ou não da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (RR). Depois de preceder um amplo estudo sobre o caso, o ministro Carlos Ayres Britto, relator do processo, apresentou seu voto defendendo a manutenção da demarcação da Terra Raposa Serra do Sol em área contínua.

O relatório apresentado pelo ministro demonstra o grande esforço de reflexão sobre os preceitos constitucionais, no que concerne aos direitos indígenas. Além disso, ele fez referências importantes às legislações que tratam da temática, desde os primeiros anos de colonização de nosso país. O ministro determinou em seu voto que a demarcação da terra deverá ser mantida conforme decreto homologatório de 15 de março de 2005 e que os invasores devem ser retirados imediatamente.

Ayres Britto salientou que os contestadores da demarcação da terra apresentaram, no decorrer do período

de contestação, dados e informações falsas para colocar sob suspeita os estudos antropológicos e fundiários que caracterizaram a terra como de ocupação indígena. Afirmou que os seis arroteiros são grileiros, exploram indevidamente terras que não adquiriram e que deveria ser de usufruto exclusivo dos povos indígenas, degradam o meio ambiente e vendem propriedades sem legitimidade e em cada transação ampliam a posse de terras em milhares de hectares. Portanto, aplica-se a estes casos o preceito constitucional que afirma a nulidade de todos os títulos e propriedades que incidem sobre terra indígena.

ENTENDA O VOTO DO MINISTRO AYRES BRITTO

I Sobre as coordenadas da demarcação de toda e qualquer terra indígena:

- 1- A Constituição Federal de 1988 trata dos direitos dos indígenas e define as coordenadas da demarcação de toda e qualquer terra indígena (TI) no Brasil;
- 2- As terras indígenas, partes essenciais do território brasileiro e bens da União, não deixam de manter vínculo jurídico de proteção e atuação dos estados e municípios onde estão localizadas, nos setores da saúde, educação, meio ambiente e segurança pública;
- 3- A atuação indigenista nas TIs deve ser exercida sob a liderança da União, mas sempre com a participação dos próprios índios, suas comunidades e organizações, e

sob tutela e fiscalização do Ministério Público;

- 4- A ocupação e atuação do Poder Público nas TIs segue um modelo constitucional que tanto preserva a identidade de cada povo indígena quanto sua abertura para um relacionamento com outros povos indígenas e com não-índios;
- 5- As instalações de equipamentos públicos e obras de infra-estrutura econômica e social devem respeitar o modelo constitucional e de prévio acerto com a União e seu constante monitoramento sempre com a participação dos índios e suas comunidades e organizações;
- 6- A demarcação das terras indígenas, segundo as coordenadas constitucionais, será realizada pela União, por meio do Poder Executivo;
- 7- É facultativo ao presidente da República consultar o Conselho de Defesa Nacional;
- 6- De acordo com a Constituição não há incompatibilidade entre faixa de fronteira e terras indígenas, sejam estas parcialmente ou totalmente situadas naquelas áreas;

- 7- Se existem fragilidades de atuação em terras indígenas em faixas de fronteiras, cabe aos órgãos estatais permanentes (Forças Armadas e Polícia Federal) a presença com seus postos de vigilância, equipamentos, batalhões, companhias, agentes e tudo o mais com a parceria dos indígenas;
- 8- Se há ausência do Poder Público em terras indígenas nas faixas de fronteira, a culpa é do próprio Estado e não dos índios, pois estes necessitam dessa atuação quanto à segurança, à politização, à educação, à saúde, ao transporte e demais itens de bem-estar material;
- 9- É falso o antagonismo entre a “Questão Indígena” e o “Desenvolvimento”. Desenvolvimento é categoria humanista em bases ecologicamente equilibradas e sustentadas contemplada pela cosmovisão indígena.
- 10- Cabe ao Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, aproveitar das comunidades indígenas os seus conhecimentos para diversificar o potencial econômico dos seus territórios para colocar o Brasil na vanguarda

O caso de Raposa não é o único no Supremo

Existem outras 140 ações que envolvem áreas reivindicadas pelos indígenas em nove estados. O julgamento da questão referente aos Pataxó Hã-hã-hãe foi agendado para 24 de setembro

A decisão sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol pelos ministros do STF terá desdobramentos para pelo menos outras 140 ações, em terras bem distantes de Roraima. Estes processos encontram-se no Supremo e são referentes a terras indígenas na Bahia, Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Paraná e Rio Grande do Sul. Dentre eles destacam-se dois casos: a terra Nãnderu Marangatu, dos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e a dos Pataxó-hã-hã-hãe, na Bahia.

Nãnderu Marangatu foi homologada em março de 2005, com 9.316 hectares. Em julho de 2005, o então presidente do STF, Nelson Jobim, decidiu liminarmente suspender os efeitos da homologação atendendo a mandato de segurança de fazendeiros invasores da área.

Em 15 de dezembro de 2005, mais de 200 polícias federais, usando helicópteros e muitas armas, tiraram cerca de 700 indígenas que viviam em

500 hectares. Os indígenas montaram acampamento na estrada ao lado da terra e lá ficaram por seis meses. Desde o despejo, os Guarani têm pedido ao STF que julgue o mérito do mandado de segurança e mantenha o direito do povo à terra homologada.

“Sofremos ameaças dos jagunços das fazendas que continuamente vivem ao redor do nosso acampamento. Essa condição é ruim porque não podemos sustentar nossos filhos. A única coisa que tem sustentado a gente é a cesta básica que não agüenta nem dez dias, pra algumas famílias. É uma situação difícil pra nós”, conta a liderança Guarani Kaiowá, Amilton Lopes.

Pataxó Hã-hã-hãe aguardam julgamento

Já a terra dos Pataxó Hã-hã-hãe, cujo julgamento foi marcado para ocorrer no dia 24 de setembro, encontra-se invadida por 22 posseiros. A terra indígena é de 54 mil hectares, dos quais eles retomaram aproximadamente 18 mil, onde vivem 4 mil indígenas.

Os Pataxó Hã-hã-hãe possuem uma história marcada por perseguições, intolerâncias e mortes. Em 1926, o então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) demarcou uma área de 300 km² para os indígenas e os colocou aldeados. A partir daí, começaram os conflitos com fazendeiros e, em 1937, a área foi reduzida e homologada. Na década



de 1940, o SPI iniciou a prática ilegal de arrendamento das terras indígenas aos fazendeiros. Estes fizeram com que alguns índios trabalhassem para eles e mataram muitos outros. Os que sobreviveram se espalharam. Entre 1976 e 1980, os governadores da Bahia, Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, distribuíram títulos de propriedade aos fazendeiros arrendatários.

Algumas famílias indígenas conseguiram resistir em seus territórios como a da liderança Samado, na localidade de Panelão. Outras, que tinham se dispersado, iniciaram, a partir de 1982, o

processo de retomada de suas terras numa área de cerca de mil hectares, invadida pelo proprietário da fazenda São Lucas. Na mesma época, a Fundação Nacional do Índio (Funai) entrou com a ação na justiça, pedindo a declaração de nulidade dos títulos de propriedade emitidos para os fazendeiros. Em novembro desse mesmo ano, a ação já estava no STF, onde se encontra aguardando decisão definitiva até hoje. A comunidade espera há 26 anos pela decisão do Supremo. Os 25 volumes do processo estão nas mãos do ministro Eros Grau.

“Depois de 26 anos de espera para o julgamento da ação, a gente acha que o resultado vai ser positivo. Já teve muita morte e muito sofrimento nesse período, mas nós acreditamos que agora as coisas vão se resolver. Também teve uma perícia em 1996, que comprovou que a demarcação da nossa terra está correta, então eu acho que não tem como decidirem diferente”, acredita a cacique Ilza Rodrigues da Silva.

Os Pataxó Hã-hã-hãe já realizaram reunião com 300 pessoas na comunidade para organizar as comissões que vão preparar a mobilização. No dia 15 de setembro, um grupo de indígenas virá a Brasília entregar aos ministros do Supremo um memorial sobre o caso, junto ao assessor do Cimi, Paulo Machado Guimarães, que é advogado da comunidade. (Clarissa Tavares) ■

Indígenas Pataxó Hã-hã-hãe esperam decisão do Supremo há 26 anos para recuperar o direito de viver em suas terras, no sul da Bahia

mundial do mais humanizado trato jurídico da questão indígena;

- 11- O termo constitucional “direitos originários” traduz uma situação jurídica subjetiva mais antiga do que qualquer outra e que prevalece sobre eventuais escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não-índios.
- 12- A Constituição orienta a fixação do perímetro de cada terra indígena, que deve resultar da consideração “dos usos, costumes e tradições” como elementos definidores para preservar: a) a habitação em caráter permanente ou não-eventual; b) as terras utilizadas “para suas atividades produtivas”, mais “as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar” e ainda aquelas que se revelarem “necessárias à reprodução física e cultural” de cada qual das comunidades indígenas;
- 13- A Constituição, ao usar a expressão “terras indígenas” e não “reservas indígenas”, optou por um modelo de não “ajardinamento antropológico” que tivesse uma direção separatista,

o que faria de cada uma dessas terras uma “concentração indígena”;

- 14- Segundo a Constituição as terras indígenas de uma etnia devem ser reconhecidas e demarcadas de forma contínua e não do tipo queijo suíço ou em ilhas;
- 15- São os profissionais da antropologia os competentes para assinalar os limites geográficos de concreção dos comandos constitucionais em tema de terras indígenas;

II O caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol:

- 1- O tamanho da TI Raposa Serra do Sol, determinada na Portaria nº 534/2005 do ministro da Justiça, constitui-se em terra indígena e tem relação com o “direito originário”;
- 2- Não se pode falar em redução ou subtração do patrimônio do estado de Roraima a cada demarcação de terras

indígenas, pois se trata de “direitos originários”. Aquele estado nasceu após 1988, sob o regime constitucional da preexistência de direitos indígenas à ocupação de terras que pertencem à União;

- 3- Não há nulidade do processo de demarcação da TI Raposa Serra do Sol por suposta agressão às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, pois o governo federal garantiu e foram plenamente exercidas as manifestações contrárias e a participação ativa no procedimento administrativo;
- 4- Não houve a alegada fraude antropológica, pois os profissionais designados para fazer o laudo utilizaram metodologia própria e detinham competência para fazê-lo;
- 5- Não houve erro processual ou defeito de forma em relação aos limites do laudo antropológico e à colocação dos marcos físicos, de 1.678.800 para 1.747.089 hectares (Decreto de 15/04/2005). A diferença se deu porque o técnico que definiu a primeira “marca” o fez em caráter estimativo, e num segundo momento, o profis-

sional utilizou fontes cartográficas mais precisas e de tecnologia atualizada, como sistema de posicionamento global - GPS, imagens de satélite e cálculos computacionais;

- 6- A TI Raposa Serra do Sol é tradicionalmente habitada pelas etnias Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wapichana que vivem em harmonia e a demarcação não causa prejuízos aos índios das cinco etnias que lá habitam;
- 7- O procedimento administrativo de demarcação da TI Raposa Serra do Sol é irreversível, uma vez que a retirada dos não-índios ocorreu pacificamente seguida de reassentamento destes pelo governo federal;
- 8- São nulas as titulações conferidas pelo INCRA, na TI Raposa Serra do Sol, assim como inválida é a ocupação da “Fazenda Guanabara”.
- 9- Os rizicultores não têm direito adquirido, pois só passaram a explorar as terras indígenas a partir de 1992, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. ■

Relator da ONU visita comunidades indígenas no Brasil

James Anaya esteve por 12 dias no país. Ele afirmou que país tem boas leis, mas programas do governo, como o PAC, não levam em conta os povos indígenas

Marcy Picanço
Repórter

O relator especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, James Anaya, esteve no Brasil, de 13 a 25 de agosto, para conhecer de perto a realidade dos povos indígenas brasileiros. O relator participou de uma reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília, onde teve a oportunidade de conversar com lideranças de povos indígenas de todo o Brasil e ouvir suas reivindicações.

Depois Anaya seguiu viagem ao Norte do Brasil. No Amazonas, esteve em Manaus e em São Gabriel da Cachoeira, reunido com representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foir). Em Roraima, se encontrou com representantes do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e do povo Yanomami.

Em entrevista coletiva concedida ao final da jornada no país, o relator disse acreditar no diálogo para a solução de impasses que envolvem os povos indígenas. “Os indígenas estão dispostos a dialogar quando são respeitados e quando sua dignidade e seu direito à terra são reconhecidos”, afirmou.

Anaya também visitou o estado de Mato Grosso do Sul para conhecer de perto a difícil realidade dos Guarani Kaiowá. Esteve em Dourados, onde conversou com lideranças indígenas e visitou acampamentos indígenas na região de Porto Cambira. A violência e a ausência da demarcação de terras foram apresentadas ao relator como os principais problemas enfrentados pelos indígenas. Eles entregaram uma carta assinada por 300 lideranças, em que solicitaram a atenção da ONU em questões indígenas do Mato Grosso do Sul.

Contradições e tutela do Estado

Durante a coletiva de imprensa, James Anaya afirmou que não há harmonia entre a legislação indigenista e as políticas de desenvolvimento do governo brasileiro. Destacou que o Brasil tem



Foto: CIR

uma das mais avançadas legislações para os povos indígenas, mas muito ainda precisa ser feito para que os direitos constitucionais sejam efetivados. Como exemplo de contradição citou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “A definição (do PAC) não aferiu nem respeitou a opinião dos povos indígenas e, em alguns casos, há programas que afrontam seus interesses”, disse.

Ele criticou a “flagrante ausência” de mecanismos de consulta aos povos indígenas sobre questões que afetam

seus direitos e interesses, como rodovias, hidrovias e projetos de desenvolvimento. “Isso para mim é sintoma de problemas maiores”, afirmou.

O relator também questionou o excesso de tutela e paternalismo – do governo e de organizações não governamentais – nos programas nas áreas de saúde e educação voltados para os indígenas. Anaya afirmou que a presença dos indígenas na gestão dos programas é pequena e limitada. “Agem como se os indígenas não

pudessem cuidar de seus interesses”, comentou Anaya.

O relator recebeu do Cimi documentos sobre o assassinato de Mozeni Truká e sobre as recentes violências contra os Guajajara no Maranhão. Para Anaya, há muito preconceito no Brasil contra os indígenas e isso é uma das causas da violência. Ele irá recomendar que o governo desenvolva uma campanha de esclarecimento à população sobre os direitos indígenas para aumentar o respeito a estes povos.

Visita de relator da ONU fortalece a luta indígena em Raposa Serra do Sol

A visita do relator James Anaya à terra indígena Raposa Serra do Sol fortaleceu ainda mais a luta dos povos Macuxi, Wapichana, Yngaricó, Yekuana e Patamona pela manutenção da homologação da terra em área contínua. A visita ocorreu dia 20 de agosto, na comunidade indígena Barro, na região de Surumu.

O relator foi recebido por lideranças e jovens indígenas com danças e cantos tradicionais. Acompanharam o relator, o líder indígena Jacir José de Sousa; a assessora jurídica do CIR, Joênia Wapichana e o administrador da Funai/RR, Gonçalo Teixeira.

Foi apresentado um histórico da situação indígena em Raposa Serra do Sol, com informações sobre as violências e ameaças sofridas ao longo de 34 anos de luta pela terra. O descaso em relação à saúde indígena e à qualidade do ensino também foi denunciado. Também

foram demonstrados os avanços e as conquistas alcançadas, principalmente quanto à valorização da cultura, das crenças e da tradição dos povos indígenas, que segue viva.

Violência

O caso de violência ocorrido no dia 5 de maio, na comunidade que hoje é chamada de 10 Irmãos em homenagem aos indígenas que foram baleados por pistoleiros naquele dia, foi apresentado ao relator. As lideranças também mostraram registros das pontes queimadas durante a manifestação contra ação da Polícia Federal, na Operação Upatakon III de retirada dos invasores da terra indígena. Elas explicaram que isso dificultou muito o acesso para região, prejudicando a assistência médica e o envio de merenda escolar e materiais didáticos às escolas indígenas.

O coordenador da região Baixo Cotingo, Nelino Galé, indígena Macuxi, disse ao relator, que “todo esse sofrimento que estamos passando, não é de

agora, já vem desde 1.500, quando invadiram nossas terras, e hoje, eles dizem que são donos”. Continuando, Galé disse: “estão dizendo que o índio quer internacionalizar o Brasil, isso não é verdade!”. Para finalizar Nelino, pediu que o governo brasileiro respeite a Constituição Federal, que garante terra para os povos indígenas.

Anaya agradeceu a recepção dos indígenas e disse que “se sentiu muito honrado em ser bem recebido por pessoas tão preciosas”. Afirmou que “a luta dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol é um exemplo para todos os povos do Brasil”. O relator vai levar as informações obtidas à ONU e fazer algumas recomendações. Anaya ainda parabenizou os povos indígenas da Raposa Serra do Sol, por serem “guerreiros e lutadores pacíficos, lutam com dignidades e respeito, até mesmo quando não é fácil”. (Conselho Indígena de Roraima) ■

Em Raposa Serra do Sol, o relator da ONU foi recebido por lideranças e jovens indígenas que apresentaram um histórico da situação da luta dos povos



O contexto pré-Constituinte

A articulação indígena contra o projeto Calha Norte, liderado pelos militares no governo Sarney, serviu de laboratório para a conquista dos direitos indígenas na Assembléia Constituinte



Acima, índios de diversas etnias em visita ao Ministério da Justiça. Os indígenas tiveram um papel fundamental na defesa dos seus direitos durante o período constituinte

Francisco Loebens
Cimi Regional Norte I

Os povos indígenas da região Norte do país viveram o período pré-constituinte sob o impacto do projeto Calha Norte do governo Sarney, cuja gestação se deu de forma sigilosa, tornando-se público através de um vazamento pela imprensa em 1986, já em plena fase de implantação.

O projeto Calha Norte trazia no seu bojo uma concepção integracionista e preconceituosa, com uma estratégia cerceadora dos direitos indígenas, de modo especial em relação aos povos que habitam as regiões de fronteira.

O enfrentamento desse projeto sob seus aspectos atentatórios aos direitos históricos dos povos indígenas desencadeou um amplo debate e a mobilização nas comunidades indígenas em torno de temas centrais que marcariam as conquistas indígenas durante o processo constituinte.

Neste contexto, os povos indígenas da região conseguiram estabelecer importantes consensos em termos da formatação de seus direitos territoriais, de usufruto das riquezas naturais, de superação da perspectiva integracionista associada ao instituto da tutela e do respeito à diversidade cultural.

No rio Negro, região com grande concentração de povos indígenas, a mobilização foi particularmente intensa frente ao projeto Calha Norte que buscava avançar com suas propostas de “vivificação” de fronteiras, construção de quartéis, de demarcação das terras indígenas na forma de “ilhas” e de apoio à mineração nessas terras.



Com o apoio e assessoria do Cimi, as comunidades indígenas tiveram acesso ao teor desse projeto e passaram a se posicionar criticamente em relação ao mesmo, assim como se contrapuseram aos interesses de exploração mineral nas terras indígenas representados na região principalmente pela empresa mineradora Paranapanema. Nesse embate político em torno do projeto Calha Norte, da demarcação

de terras indígenas e da exploração mineral foi criada, em abril de 1987 (no ano de instalação da Constituinte), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN. A demarcação das terras indígenas em forma de ilhas defendida pelos militares, por meio do Conselho de Segurança Nacional (CSN), chegou a ser decretada no final da década de 1980, sendo que nas terras usurpadas

dos índios foram criadas Florestas Nacionais (Flonas). Esse esbulho oficial de terras indígenas começou a ser revertido através da força organizada das comunidades indígenas que arrancaram a maioria dos marcos demarcatórios na medida em que iam sendo fincados no chão pelos militares.

Esta é parte do contexto político da época que antecedeu o processo constituinte brasileiro (1987-1988). Assim, os representantes indígenas, que se fizeram presentes no Congresso Nacional durante a Constituinte, estavam participando de um verdadeiro laboratório de formação política, que se materializava no contexto das lutas concretas de suas comunidades, sobretudo pela garantia de suas terras.

Dessa forma nem os temas e nem as forças que se articulavam em torno da constituinte lhes eram estranhas. Tinham substancial clareza sobre seus aliados e sobre a movimentação dos setores antiíndigenas. Certamente nesse fato reside um dos fatores determinantes pelas substanciais conquistas constitucionais daqueles anos. ■

POVO TRUKÁ

Uma história de lutas, lutos e libertação

Saulo Ferreira Feitosa
Secretário-adjunto do Cimi

*Em memória de Mození Araújo,
guerreiro e mártir do povo Truká.*

No dia 23 de agosto, mais uma liderança Truká, Mození Araújo, irrigou com seu sangue o árido solo do sertão pernambucano. Registros históricos revelam que, desde o período colonial, muitos guerreiros do local perderam suas vidas em defesa da vida de seu povo.

O território tradicionalmente ocupado pelo povo Truká inclui um arquipélago formado pela majestosa Ilha da Assunção e dezenas de ilhotas. É, portanto, banhado pelas águas de Opara, que recebeu dos colonizadores o apelido de rio São Francisco, sendo hoje carinhosamente referido pelos habitantes tradicionais e a população ribeirinha em geral como Velho Chico. A fertilidade das terras e sua estratégica localização, possibilitando acesso fluvial aos estados de Pernambuco e Bahia, despertaram muito cedo a cobiça dos invasores do interior do Nordeste.

Ainda no século XVII, durante o chamado ciclo do gado, atividade produtiva utilizada como estratégia de expansão e penetração interiorana do projeto colonizador europeu, as terras truká começaram a ser invadidas pelas fazendas. Relatórios do frei Martinho de Nantes, capuchinho francês que atuou nas missões sertanejas, descrevem as batalhas travadas pelos indígenas habitantes das ilhas do São Francisco contra os criadores de gado, apoiados pela Casa da Torre, localizada no litoral baiano. Fundada por Garcia D`Ávila e sustentada por sua descendência, a Casa da Torre se constituiu numa espécie de quartel general para promoção das invasões e esbulhos das terras pertencentes às populações originárias da região.

Ao longo dos anos, muitos invasores usurparam o território da Assunção. Além dos fazendeiros, também a Igreja e o governo de Pernambuco, a primeira no início do século passado e o último a partir da década de 1960, integraram o rol dos grileiros.



Foto: Arquivo Cimi

Todo o sofrimento vivido nas décadas mais remotas, bem como a bravura e feitos heróicos dos guerreiros de então, ainda permanecem presentes na memória truká. Graças ao exercício da oralidade, de geração em geração, a história se atualiza e ganha contornos contemporâneos, servindo como instrumento de conscientização e mobilização das novas gerações.

É esta consciência, sempre atualizada, que nas últimas duas décadas vem impulsionando o povo Truká a expulsar, de uma vez por todas, os invasores de seu território, exorcizando em definitivo o fantasma da família D`Ávila e construindo uma nova história, com suas terras totalmente livres da presença de intrusos.

No momento, o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, empreendimento do governo federal, representa uma nova ameaça às terras tradicionalmente ocupadas pelo povo. Mas a sabedoria e a experiência acumuladas durante séculos de lutas de resistência, são motivo de garantia e certeza de que, mais uma vez, a vitória será dos Truká.

O ressurgimento do Reino da Assunção

Não obstante a incansável e invencível resistência dos seus ocupantes originários, no início dos anos 1980, grande extensão das terras da Ilha da Assunção e numerosas ilhas pequenas encontravam-se sob o domínio dos invasores. Poucas famílias

indígenas conseguiam se manter em algumas ilhotas de difícil acesso, enquanto outras eram utilizadas como mão-de-obra barata pelas fazendas invasoras.

No ano de 1981, os Truká iniciam uma reação contra aquela situação de opressão em que se encontravam e retomam parte da terra invadida pela Semempe (Companhia de Sementes e Mudas de Pernambuco). Nesse período, foi assassinado o líder Antonio Bingô. No ano seguinte, o povo realizou nova retomada, outra vez nas terras invadidas pela Companhia. A polícia de Cabrobó e funcionários da empresa estatal reagiram com muita violência. Em função dessas ações da comunidade, a Funai começa a reagir e dois anos depois inicia o processo de demarcação da terra, até hoje não concluído.

O procedimento demarcatório permaneceu parado durante muitos anos. Neste ínterim, uma grande ofensiva de violência avança contra o povo: seqüestros, torturas e assassinatos passam a ser praticados contra os indígenas pelos pistoleiros das fazendas, que, além da atividade agropecuária, passaram também a cultivar maconha. Este cultivo, nos anos 90, propagou-se pelo sertão pernambucano, na região denominada polígono da maconha.

Em face do grande número de crimes e da total impunidade, em 1992, o Cimi Nordeste publicou um documento-denúncia intitulado *Truká: violência, impunidade e descaso*, tendo a divulgação do mesmo



Foto: Markus Breuss



despertado o interesse da Anistia Internacional, que repercutiu as denúncias ali registradas e solicitou providências por parte das autoridades nacionais.

Diante da completa inoperância do governo brasileiro, os Truká, 13 anos depois da primeira retomada, reiniciam o processo de reocupação do arquipélago. Em maio de 1994, ocupam a fazenda de Apolinário Siqueira, um dos últimos coronéis da região, conhecido por Xinxá, o rei da cebola e temido por todos. Em 1995, retomam outra faixa de terra que se encontrava sob a posse do fazendeiro Cícero Caló. A mobilização do povo manteve-se num processo contínuo, culminando com a retomada definitiva de todo o arquipélago, no ano de 1999, quando todas as fazendas foram ocupadas e expulso todo o gado nelas existentes. Como há apenas uma ponte que liga a grande Ilha da Assunção ao continente, mais precisamente à cidade de Cabrobó, a ponte serviu como corredor para a gigantesca boiada, que não tendo para onde se deslocar, se dispersou pelas ruas da cidade, provocando grande tumulto entre os moradores.

Nessa histórica e heróica empreitada, as lideranças e alguns membros da comunidade sofreram toda sorte de perseguição e violação de seus direitos. Foram violentamente reprimidos por agentes do poder público, sendo a Ilha da Assunção invadida várias vezes por policiais federais e militares, que espalhavam terror entre a população e praticavam

Subjugados desde o período colonial, os guerreiros Truká conseguiram expulsar os fazendeiros invasores de suas terras e retomar parte do seu território, o que tem gerado um cenário de perseguições e violências contra o povo



Chamados de forma depreciativa de “canelas cinza”, o povo Truká foi capaz de reescrever sua história. Graças ao seu espírito guerreiro, o povo reconquistou a terra, a auto-estima e a autonomia



Foto: Roberto Saraiva



Foto: Priscila Carvalho

MOZENÍ Mais uma liderança Truká assassinada

Roberto Saraiva
Indigenista

“A exemplo de Xicão Xukuru, o sangue das lideranças indígenas que escorre fecunda a terra e faz nascer novas lideranças”

Zé de Santa
Vice-Cacique Xukuru

No dia 23 de agosto de 2008, Mození Araújo, liderança do povo Truká, foi brutalmente assassinado em Cabrobó, Pernambuco. O assassinato é mais uma tentativa de fragilizar, fragmentar e desarticular o processo de organização e mobilização do povo. Mození exercia um papel fundamental na comunidade, nos momentos de resolução de conflitos, nas lutas enfrentadas. Sua morte é resultado de uma ação premeditada, que busca silenciar a voz Truká.

O povo Truká vem se organizando, há mais de 70 anos, para retomar seu território. Somente neste contexto de resistência heróica às fortes pressões contra esta comunidade é que se pode perceber os motivos e os reais interesses que envolvem o assassinato de Mození Araújo.

O sepultamento foi marcado por muita emoção e homenagens. “Hoje a gente sofre, tá com muita dor, mas tudo que Mození fez para o povo Truká nós não vamos deixar cair. A história do povo Truká continua. Hoje tão matando o nosso povo, mas não vão conseguir. Como fez o seu avô, Acilon Ciriaco, Mození deixou seus filhos, deixou seu povo e nós não vamos desistir não”, disse Pretinha Truká, num desabafo emocionado.

Mození Araújo era um homem de natureza terna e pacífica. Conhecido pela forma ponderada com que lidava com a intensidade dos conflitos. Iniciou sua liderança muito jovem, forjando-se nas lutas pela retomada de seu território e, depois, trabalhando como agente de saúde comunitário. Também era agricultor e logo cedo entrou na luta em defesa da terra, da água e do povo Truká. Foi vereador e atualmente era novamente candidato. ■

Mození iniciou cedo a luta em defesa da terra, da água e do povo Truká. Homem de natureza terna e pacífica, foi brutalmente assassinado

De canela cinza à Nação Truká

Até os anos 1990, a população do município de Cabrobó e da circunvizinhança costumava referir-se aos moradores da Ilha da Assunção como “canelas cinza”, essa expressão de sentido depreciativo e discriminatório era motivo de vergonha e humilhação para os habitantes locais. Graças ao seu espírito guerreiro, o povo reconquistou a terra, a auto-estima e a autonomia, sendo hoje referenciado pelos cabroboenses e demais regionais como povo Truká. Percebendo essa positiva mudança de comportamento por parte da população do entorno, Mození costumava repetir: “nós passamos de canela cinza à nação Truká”.

A frase por ele imortalizada traz consigo todo o simbolismo do significado da consciência coletiva de pertencimento a um povo e dentro dessa coletividade a importância de cada indivíduo, cada guerreira, cada guerreiro, com sua trajetória de vida, com a marca de seu corpo, antes canela cinza, agora corpo expressão da alteridade, da dignidade, da honradez, da identidade Truká, da qual Mození sempre continuará a fazer parte, pois, “o que criamos passa a ficar no mundo com nossa marca, com a marca de nossa presença ou, então, de nossa ausência, mas sempre nossa marca”.

No imaginário Truká, seu território tradicional conforma um reino. A Ilha da Assunção representa o coração desse reino. A idéia de reino que durante o processo de colonização se configurou na memória de alguns povos indígenas do Nordeste não corresponde às tradicionais monarquias, constituídas por um poder totalitário opressor que domina outros povos e os expropria de seus territórios e riquezas naturais. Refere-se a um reinado mítico, onde não há soberanos nem vassallos. Trata-se de um reino com contornos escatológicos, “governado” pelos Encantados que se constituem nos principais protetores da terra sagrada onde aqueles povos habitam. Aproxima-se mais da idéia de Reino de Deus da teologia cristã. O esbulho praticado contra suas terras representou um processo de dessacralização, laicização e profanação do espaço sagrado, os territórios tradicionais.

A expulsão dos invasores das ilhas e a conseqüente recuperação territorial significam muito mais que uma simples posse fundiária, representam o fim do exílio, mais do que isso, a recriação do espaço sagrado, do território mitológico, o reencontro das pessoas e do povo consigo mesmo. É o renascimento do Reino da Assunção e esse sentimento está registrado na obra de produção coletiva das comunidades, recentemente publicada – *No Reino da Assunção, Reina TRUKÁ*.

torturas físicas e psicológicas. Como parte da estratégia de criminalização das lutas do povo, muitos indígenas foram processados. O cacique Aurivan, mais conhecido como Neguinho Truká, chegou a ser preso.

Mesmo depois da expulsão dos fazendeiros, a polícia ainda continuou a perseguir as lideranças. No ano de 2005, quatro policiais militares invadiram a terra indígena e assassinaram o líder Adenilson Vieira e seu filho Jorge, quando estes se encontravam numa festa da comunidade com cerca de 600 pessoas. A principal testemunha ocular dos dois homicídios era Mození Araújo, assassinado recentemente, no dia 23 de agosto.

Com o arquipélago já totalmente livre de intrusos, a luta agora está direcionada para recuperar a parte do território tradicional que fica no continente, à margem esquerda de Opara. Por esse motivo, em 2007, as comunidades Truká se mobilizaram mais uma vez e ocuparam uma fazenda localizada na área em que estão sendo construídas, pelo exército brasileiro, as obras para transposição das águas do São Francisco. É mais uma batalha homérica para o valente povo do rio.

Contudo, a recuperação do domínio total sobre o arquipélago, hoje sob a posse plena de seus habitantes originários, provocou mudanças substanciais na vida do povo.



Segundo as lideranças, a violência contra os Xakriabá aumentou nos últimos anos devido a postura do povo de lutar pela sua terra e por conseguirem eleger o atual prefeito

Assassinato de indígena em contexto eleitoral revolta povo Xakriabá

As lideranças afirmam que o crime retrata a discriminação e o preconceito contra o povo na região

Equipe Xakriabá
Cimi Regional Leste

Na noite do dia 10 de agosto, foi assassinado a facadas o jovem Edson Dourado Leite, do povo Xakriabá, no município de São João das Missões, norte de Minas Gerais. Há suspeitas de que o motivo do crime seja a acirrada disputa eleitoral entre o atual prefeito da cidade, um Xakriabá, e o candidato da oposição.

Segundo Luiz Dourado, irmão da vítima, Edson foi agredido com uma facada no peito quando estava com alguns amigos, ouvindo a música da campanha do atual prefeito, o indígena José Nunes de Oliveira, que é candidato à reeleição. Há suspeitas de que o assassino, que está foragido, seja cabo eleitoral do candidato da oposição. A disputa eleitoral está muito acirrada na cidade. Na véspera do assassinato, 9 de agosto, opositores jogavam pedras e garrafas nos apoiadores da campanha de José Nunes.

As lideranças Xakriabá afirmam que o crime retrata o tamanho da discriminação e do preconceito contra o povo na região. A violência aumentou nos últimos anos, porque o povo Xakriabá está lutando para reaver parte de seu território e por ter con-

seguido eleger o atual prefeito. Em 2007, dois Xakriabá foram assassinados fora do seu território. Em março de 2008, o homem que matou Avelino Nunes de Macedo foi absolvido, o que aumenta a sensação de impunidade para os agressores dos Xakriabá.

Em protesto contra o assassinato de Edson, no dia 11 de agosto, cerca de 800 Xakriabá fecharam por 13 horas a rodovia BR-135 que liga o norte de Minas Gerais ao estado da Bahia. No dia 12, o povo realizou um grande ato e um ritual em volta do local onde Edson morreu.

Na quarta-feira, 13 de agosto, a polícia civil cumpriu mandado de busca e apreensão na casa do ex-prefeito e candidato em 2008, Ivan de Souza Correa. Também fez buscas nas residências de João da Silva e Gilmar da Silva, que são acusados de ameaçar o povo Xakriabá.

Uma audiência com o Ministério Público Federal, Funai e Polícia Federal foi realizada para discutir medidas que garantam a integridade física dos Xakriabá. A Prefeitura Municipal decretou luto oficial por dois dias pela morte de Edson. O jovem tinha 21 anos, era morador da aldeia Riachão, deixou uma filha de 10 meses e a esposa grávida do segundo filho. ■

Madeireiros armados atacam novamente aldeia Guajajara no Maranhão

Cimi Regional Maranhão

Na madrugada de 24 de agosto, um grupo de madeireiros armados invadiu novamente a terra Araribóia, do povo Guajajara - Tenetehara, no Maranhão, atirando contra casas de duas aldeias (Catitu e Buracão). Felizmente, nenhuma pessoa ficou ferida, pois elas já haviam percebido a presença dos invasores e se esconderam no mato. O ataque aconteceu horas após o fim da 1ª Assembléia do Povo Guajajara, que ocorreu numa aldeia da mesma terra indígena, próxima do município de Amarante.

Segundo informação dos Guajajara, o grupo veio para buscar o motor de um caminhão madeireiro que estava abandonado próximo às aldeias. Os indígenas ouviram barulhos na estrada e, ao chegarem ao local, viram um caminhão Mercedes Bens, cor azul, cheio de homens armados. Quando os pistoleiros notaram a presença dos Guajajara, começaram a atirar. Os indígenas fugiram para a mata.

Em seguida, logo após resgatar o motor do caminhão, os invasores voltaram em direção ao município de Amarante. Ao passar pelas aldeias Catitu e Buracão, atiraram incessantemente contra as casas. Desde ontem, as duas aldeias estão abandonadas e o clima é de terror na região.

O caminhão abandonado é o mesmo que provocou a invasão da aldeia Lagoa Comprida, em outubro do ano passado, quando os madeireiros mataram Tomé Guajajara, de 60 anos. Desde aquela época, os indígenas cobram da Funda-

ção Nacional do Índio (Funai) a retirada do caminhão do local. Alertavam que a permanência do caminhão dentro da terra indígena poderia trazer novos conflitos. Apesar dos alertas, a Funai não retirou o veículo da área.

Na manhã de 25 de agosto, Pedro Henrique, Procurador da República no município de Imperatriz (MA), solicitou o envio de policiais para proteger a terra Araribóia. Alguns participantes da Assembléia acreditam que o ataque foi uma retaliação ao encontro, que mostrou a decisão dos Guajajara de lutar para acabar com a violência e perseguição que têm sofrido nos últimos anos.

Demarcação em ilhas

Os Guajajara são a quinta maior população indígena do Brasil, com 27 mil indígenas. Destes, 20 mil vivem no Maranhão. Em 1984, parte de suas terras foi homologada. Esta homologação, no entanto, ignorou aldeias localizadas em 62 mil hectares não titulados pelo governo. A exclusão dessa área foi resultado de pressões da elite local e abriu espaço para a ação de invasores que atuam no corte ilegal de madeira, em carvoarias e no plantio irregular de soja, eucalipto e arroz.

A equipe do Cimi na região acredita que os interesses desses invasores estão por trás dos atentados recentes. Este ano, a ONG Justiça Global enviou um informe à Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando a situação e solicitando apuração dos crimes cometidos contra os Guajajara. Segundo levantamento do Cimi, 10 indígenas foram assassinados no estado em 2008. ■



O grupo de pistoleiros atirou contra casas das aldeias Catitu e Buracão. Felizmente nenhuma pessoa ficou ferida

Povo Guajajara realiza sua 1ª Assembléia

O direito à terra e o fim da violência foram as principais pautas

Rosimeire Diniz
Humberto Rezende Capucci
Cimi Regional MA

Foto: Cimi Regional MA



O povo Guajajara Tenetehara, da terra indígena Araribóia, realizou sua primeira assembléia de 21 a 23 de agosto, na aldeia Lagoa Comprida, município de Amarante, no Maranhão.

Mais de 200 caciques e lideranças indígenas discutiram sobre a situação vivenciada por suas comunidades. As questões relacionadas à terra e à violência tiveram destaque e a assembléia foi realizada como uma forma de resistência do povo que, desde a década de 80, perdeu 64 lideranças assassinadas, 10 delas só no ano passado.

Além dos indígenas, também houve uma participação significativa de aliados. Representantes do Cimi-MA, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Cultura Negra, Ibama, Funai, Ministério do Meio Ambiente, além da presença do secretário estadual da Igualdade Racial, João Francisco, deram um tom de aliança às lutas travadas pelo povo Tenetehara. Dentre elas, a luta pela revisão dos limites da terra indígena Araribóia foi a que apareceu com mais força nas falas das lideranças, sobretudo as mais velhas.

No ano passado, após pressão dos indígenas, a Funai realizou o processo de revisão dos limites da terra, traçando as linhas da demarcação realizada pelo órgão na década de 70. Durante esse

processo, as lideranças mais antigas perceberam que os limites definidos pela Funai não coincidiam com a demarcação realizada ainda na primeira metade do século passado pelo então SPI (Serviço de Proteção ao Índio). A partir de então, começou a movimentação dos indígenas pela revisão dos limites da terra.

No início deste ano, a Comissão de Caciques da Terra Indígena Araribóia entregou à Funai um documento solicitando a criação de um Grupo Técnico (GT) responsável pelos estudos de revisão dos limites da terra, mas não há perspectivas para a sua criação.

A esperança de ver os limites da terra redefinidos e a possibilidade de ter novamente acesso a áreas de antigas aldeias, rios e lagos, agora ocupadas

por não índios, mobilizou todos os indígenas. "Já estamos morrendo de qualquer jeito, então vamos lutar por nossa terra. Pelo menos assim teremos a terra para deixar para nossos filhos e netos", dizia uma das lideranças.

Outro aspecto observado durante a assembléia foi a percepção por parte de algumas lideranças indígenas do erro que cometeram ao contribuir com a exploração madeireira. Diante da completa ausência do Estado e sem nenhum tipo de assistência, muitos indígenas não resistiram às ofertas dos madeireiros e abriram suas áreas para exploração em troca de alguns serviços básicos como transporte, água e, em alguns casos, dinheiro. Porém, os indígenas perceberam que só perderam com essa relação. Os madeireiros ficam

cada vez mais ricos, as comunidades cada vez mais pobres e a mata completamente devastada.

Foi interessante perceber nas falas dos indígenas a grande preocupação com os grupos do povo Awá Guajá, que vivem livres no que resta de mata na TI Araribóia. Pelo fato de não terem contato nem mesmo com os indígenas Guajajara Tenetehara, esses grupos Awá dependem exclusivamente dos recursos naturais para sobreviverem, que estão cada vez mais escassos.

No ano passado, uma grande queimada provocada pelos madeireiros destruiu mais de 80% da mata. Foram encontrados muitos animais mortos. Desde então, os Tenetehara não avistaram mais os Awá e isso tem trazido grande preocupação. ■

Povo demonstrou grande preocupação com o grupo isolado Awá Guajá, que vive na TI Araribóia. Os isolados dependem exclusivamente de recursos naturais cada vez mais escassos para sobreviver

Frei Cappio recebe prêmio por luta em defesa do Velho Chico

Bispo brasileiro é reconhecido por sua luta em defesa do rio São Francisco e comunidades que dependem dele com o Prêmio pela Paz da Pax Christi Internacional 2008

Frei Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra, na Bahia, receberá o Prêmio pela Paz da Pax Christi Internacional 2008 (2008 Pax Christi International Peace Award). O bispo brasileiro foi escolhido para receber o prêmio por suas ações em defesa do rio São Francisco, bem como das pessoas que dependem dele para viver.

A Pax Christi é um movimento católico internacional para a Paz, fundado na França em 1945, com mais de 100 organizações-membro ativas em todo o mundo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) integra a organização e será responsável pela entrega

do prêmio a Frei Luiz Cappio. A cerimônia ainda não tem data marcada, mas poderá ser feita aqui no Brasil, como forma de aproximação às ações de Dom Cappio.

O bispo ficou conhecido mundialmente após realizar um jejum de 24 dias em protesto contra a transposição do rio São Francisco. Sua manifestação chamou a atenção de movimentos sociais, personalidades públicas e do governo brasileiro aos prejuízos que o projeto trará às comunidades ribeirinhas e à biodiversidade da região cortada pelo rio. (Com informações do Brasil de Fato)

Foto: João Zinclar



“Olhares Cruzados” é lançado na aldeia Mãe Terra

Em meio à luta pela terra, povo festeja publicação de livro feito por crianças Terena, no Mato Grosso do Sul

Egon D. Heck
Cimi Regional MS

A história se escreve no chão, na mente, no coração. Mas a história de um povo, de uma comunidade, de uma aldeia também se registra, se documenta, se apreende em belas imagens do real, do cotidiano. Foi o que aconteceu em Mãe Terra Terena de Cachoeirinha, no Pantanal sul mato-grossense.

As crianças estão radiantes. Os adultos orgulhosos de sua luta e de mais uma conquista. Na aldeia, área retomada, foi lançado no dia 6 de agosto o primeiro registro sobre a história, a cultura e o intercâmbio entre dois povos: os Terena, da aldeia Mãe Terra, em Mato Grosso do Sul, no Brasil, e os Aymara de Challapampa, da Ilha do Sol, no lago Titicaca, na Bolívia.

A publicação “Brasil-Bolívia - Olhares Cruzados, Miradas Cruzadas, Mãe Terra-Challapampa” é o resultado de um trabalho feito no ano passado por crianças dessas duas comunidades, dentro do projeto “Olhares Cruzados”, coordenado por Dirce Carrion.



Fotos: Egon Heck

Olhares Cruzados e emoção

Quando, em 2007, foi realizada a oficina com as crianças, o cacique Zacarias dizia “esse vai ser nosso primeiro livro”. Mas era apenas uma promessa. O tempo foi passando, vez por outra perguntavam “o livro vai sair?”. Um tanto desconfiados, por tantos enganos e desenganos nessa constante luta pela terra e pela sobrevivência, continuaram esperando. Finalmente



As crianças ficaram radiantes e os adultos orgulhosos por essa conquista

foi anunciado o dia em que o livro seria levado à comunidade. Quando a equipe do Cimi e Dirce chegaram, o clima era de expectativa. A emoção reluzia dos olhos puxados, brilhantes, alegres e esperançosos das crianças.

Tudo muito simples e singelo. Pelo nome, cada uma das 30 crianças que participaram da oficina foi sendo chamada para receber um álbum com as fotos tiradas no processo e um exemplar da publicação.

As falas foram de gratidão e confiança pela importância do momento e do registro da bela história que vai sendo escrita por essa comunidade Terena. Os indígenas retomaram parte de seu território tradicional e agora colhem frutos e semeiam novas luzes no chão e no horizonte.

Mãe Terra se sente orgulhosa não apenas por ter esse singelo registro de sua luta. Sente-se orgulhosa por conhecer melhor e se sentir mais próxima dos seus irmãos, do povo Aymara! ■

Território do povo Tremembé é ameaçado por complexo turístico

O projeto Nova Atlântida no Ceará inclui 13 hotéis, 14 resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe

Alexandre Fonseca
Cimi Regional NE

O povo Tremembé habita o litoral oeste do Ceará. A literatura do século XVII já assinalava tratar-se de um povo de vigorosos guerreiros e ágeis pescadores dos verdes mares cearenses.

Porém, em 1863 o presidente da Província do Ceará elabora um relatório para a corte no Rio de Janeiro afirmando já não existirem índios no Ceará: ou foram mortos ou migraram. A partir de então os povos indígenas passaram a adotar o silêncio como forma de lutar e resistir. A historiografia tida como oficial passa a anunciar o desaparecimento dos povos indígenas no estado.

No início da década de 1980, o movimento indígena no estado passa a mudar de estratégia: “teve um tempo que nós para viver precisamos nos calar; e hoje, nós para viver precisamos falar”, conta o pajé Luiz Caboclo Tremembé.

Invasão do litoral

A costa atlântica nordestina, do litoral sul da Bahia aos lençóis maranhenses, está sendo invadida. O Pro-



Foto: Egon D. Heck/Arquivo Cimi

grama de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur) do governo federal, financiado pelo Banco Mundial, está aparelhando toda esta extensão de terras e praias com infra-estrutura (estradas, aeroportos etc.) para que empresas hoteleiras de diversos países europeus instalem hotéis e resorts.

Na praia da Baleia, localizada no município de Itapipoca a 200 km de Fortaleza, o território do povo

Tremembé de São José e Buriti está ameaçado por uma imensa invasão. Trata-se do Projeto Nova Atlântida que prevê a construção de uma cidade turística: um complexo de 13 hotéis de cinco estrelas, 14 resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe de tamanho oficial. O presidente da Nova Atlântida, Juan Ripoll Mari, é espanhol com residência no Rio de Janeiro.

De acordo com o jornal Diário do Nordeste, o empreendimento está orçado em 15 bilhões de dólares e destina-se a turistas estrangeiros. Ocupará uma área de 3,1 mil hectares. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda investiga o grupo Nova Atlântida por suspeita de movimentação financeira incompatível de seus sócios, ou seja, lavagem de dinheiro.

Uma liminar promovida pelo Ministério Público Federal no Ceará, aprovada pelo juiz federal e confirmada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região do Recife, embargou a construção deste complexo hoteleiro e imobiliário. Os invasores espanhóis alegam não existirem índios no local. E continuam a ameaça com o apoio do governo do estado.

No dia 21 de agosto de 2008 aconteceu um Ato Público em Fortaleza. Os povos indígenas do Ceará, os movimentos sociais e populares estiveram unidos para denunciar os abusos do poder público e da iniciativa privada nacional e internacional e exigir a imediata demarcação dos territórios dos 19 povos indígenas no Ceará. ■

O empreendimento está orçado em 15 bilhões de dólares e destina-se a turistas estrangeiros. Conselho do MJ investiga o grupo por suspeita de lavagem de dinheiro

Homenagem ao povo Guarani

Presidente Fernando Lugo toma posse no Paraguai e discursa em Guarani

Egon D. Heck
Cimi Regional MS

Se parecia um tanto retórica a decisão de fazer da língua Guarani a língua oficial do Mercosul, a posse do presidente Fernando Lugo, do Paraguai, foi um verdadeiro ato de reconhecimento da importância do povo Guarani como patrimônio e como nação secular do presente.

As falas, tanto do presidente do Congresso como do presidente recém empossado, o recado forte da mudança do novo Paraguai que inicia foram em Guarani. O hino nacional cantado também em Guarani foi acompanhado por um silêncio reverente da multidão que tomou conta da praça.

Mas tudo isso não era apenas um reconhecimento e uma homenagem ao passado. Ali estavam, entre a multidão, grupos dos diversos povos indígenas do Paraguai e, em especial, dos Guarani. E foi ao se referir a eles que aflorou a emoção do presidente Lugo, em seu discurso. Disse estar tomado por grande emoção e, com relação aos povos indígenas, deixou seu recado e seu carinho de um compromisso forte.

Missa, missão e contradições

Não restam dúvidas de que Lugo traz à tona um fenômeno que tem marcado fortemente a América Latina nas últimas décadas: a conjugação de fé e política na dimensão transformadora e libertadora em curso no continente. É amplamente conhecida a contribuição da Teologia da Libertação - que tem



entre seus expoentes o peruano Gustavo Gutierrez e o brasileiro Leonardo Boff, mencionados no discurso de posse de Lugo - nos processos de mudanças profundas em diversos países.

Desde o sacerdote revolucionário colombiano Camilo Torres aos milhares de combatentes nos diferentes países, todos lutam pela justiça, igualdade e solidariedade, por novos modelos de sociedade inspirados pela fé e compromisso evangélico cristão. Fundamentam suas ações nos documentos das Conferências de Puebla, Medellin, Santo Domingo e recentemente Aparecida.

Por outro lado, inspirados no mesmo Evangelho, a Igreja Católica e ou-

Paraguai. Porém, o conjunto das atividades celebrativas foi também revelador das contradições e dificuldades que envolvem essa dimensão motivada pela fé e mediada pelas estruturas religiosas e políticas.

Festa da mudança

A multidão que se espremia na praça, no lindo dia de sol à beira do rio Paraguai, parecia despertar de um sonho. Gritos e silêncios se alternavam. Era o fim de uma era, de um longo período de 61 anos de mandos e desmandos do Partido Colorado. E também o ressurgimento da esperança em mudanças profundas, necessárias, urgentes.



Uma bonita festa da liberdade nascente, da dignidade seqüestrada, da semente lançada, do sonho que se reconstrói. Ressurge um novo Paraguai a partir de suas raízes mais profundas, da história heróica de um povo insurgente, emergindo da coragem e da fé.

O difícil caminho das transformações

As expectativas são enormes. Lugo assume com uma popularidade de 93%. O país está profundamente marcado pela corrupção e pobreza. Daí a conclamação geral para a construção de um novo Paraguai. A semente do futuro está lançada. Exigirá, sem dúvida, empenho, sabedoria, persistência.

O caminho das transformações necessárias para o novo país certamente será difícil, mas é possível. Os olhares de esperança da América Latina se voltam agora para o Paraguai. Igualmente a solidariedade e o apoio de todos os que querem um continente com justiça, igualdade e aprofundamento da democracia não faltarão ao presidente Lugo.

Os povos indígenas estão entre os que muito acreditam e esperam do novo governo. ■

Lugo traz à tona um fenômeno que tem marcado fortemente a América Latina nas últimas décadas: a conjugação de fé e política na dimensão transformadora e libertadora em curso no continente

Equador: dois idiomas indígenas podem ser declarados oficiais

Assembléia Nacional Constituinte do Equador incorporou como idiomas oficiais o quíchua e o shuar, junto com o castelhano, no segundo parágrafo do segundo artigo da nova Constituição do país. A proposta, apresentada pelo constituinte Pedro de la Cruz, foi aprovada por ampla maioria: 90 votos dos 130 integrantes da Assembléia.

O quíchua havia sido excluído como idioma oficial, o que motivou a imediata reação e o pronunciamento das organizações indígenas equatorianas, em particular da Confederação de Povos de Naciona-

lidade Quíchua do Equador (Ecuánari), e dos grupos vinculados à Educação Intercultural Bilingüe, que criticaram de racista esta exclusão e acusaram de incongruente o fato de declarar o Estado Plurinacional e desconhecer as línguas originárias.

Com a reforma, o citado parágrafo constitucional assinala textualmente: "O castelhano é o idioma oficial do Equador. O castelhano, o quíchua e o shuar são idiomas oficiais de relação intercultural. Os demais idiomas ancestrais são de uso oficial para os povos indígenas nas zonas onde habitam e

nos termos que vigora a lei. O Estado respeitará e estimulará sua conservação e uso".

A Assembléia, em outra sessão, definiu o documento completo da nova Constituição, em uma votação final, com o que deu por terminadas suas funções iniciadas em novembro passado. O projeto constitucional será submetido a um referendo no próximo dia 28 de setembro, quando a população aprovará ou rechaçará o texto. ■

Com informações da Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas (Caoi)

PARTILHANDO DA VIDA DO POVO MAKUA Um ano em Moçambique

Rai Soares

Missionária leiga em Cuamba, Moçambique

Pensar em um ano de Moçambique é como lembrar o gingado, as travessuras, a beleza dos giros que o vento provoca neste continente espalhando poeira, folhas e tudo que encontra pelo caminho. E tudo isso numa fração de minutos e até de segundos. Assim se passou um ano de convivência e de partilha com o povo Makua.

Relembrando: saímos de Guarulhos (São Paulo), com destino ao continente africano. Nosso primeiro contato com a África foi no aeroporto internacional de Johannesburg, na África do Sul e, horas depois, na cidade de Maputo, capital de Moçambique. De Maputo viajamos para Nampula e de Nampula a Cuamba, na Província do Niassa. A viagem para Cuamba foi de comboio (trem): uma viagem longa, mas muito animada graças à visão do povo Makua, muito acolhedor e alegre, das casas feitas de matope (terra misturada



Fotos: Rai Soares

Em julho, é realizada a “colônia de férias” com as crianças. São momentos de convívio fraterno, reflexão e partilha, oração, oficinas de artesanato, teatro, dança, canto, poesia. Já com as mulheres, é trabalhada a promoção ensinando corte e costura, artesanato, tricô e crochê



com água) cobertas de capim, chamadas palhotas e das montanhas que fazem parte da beleza natural desta terra.

Na chegada fomos acolhidos por membros da Equipe Missionária que nos esperavam na estação.

Nossas bases de trabalho ficam nas cidades de Nipepe e de Cuamba. São cidades pequenas, sem asfalto, com muita poeira. Nelas se encontra um pouco de tudo, inclusive banco, escritório de migração, notório (cartório), xerox, lojas (muitas com produtos do Brasil e de outros países). Cuamba é o segundo maior município da província de Niassa, e Nipepe é um distrito situado também nesta província cuja capital é Lichinga. Em Cuamba tem uma escola secundária da diocese e uma universidade católica de agricultura para formar machambeiros (agricultores). Tem mercados que são como as feiras no Brasil onde se vende de tudo, desde alimentos a roupa usada que chega em containers e é chamada de “roupa da calamidade”.

sob a responsabilidade dos padres da Consolata. Esta equipe se reúne a cada 15 dias para programar e avaliar as atividades.

Participando de encontros com mulheres tivemos a oportunidade de conhecer a organização política, social bem como um pouco da cultura deste povo e suas relações interpessoais. O povo vive da agricultura, planta milho, mandioca, mapiha, maxoeira, arroz, feijão e verduras. O milho é a base da alimentação. No período da colheita há uma fartura muito grande, mas depois vem um período longo de escassez de alimento, quando o povo chega a passar fome e se alimenta com mandioca seca. Os riachos quase secam e há dificuldade de conseguir água limpa.

Desenvolvemos atividades com as mulheres, jovens e crianças. Acompanhamos os postos de saúde da diocese e nos dedicamos também ao atendimento aos doentes através do método da bioenergética e o tratamento pelas plantas medicinais. Damos acom-

panhamento à catequese paroquial e assessoramos os dirigentes dos Grupos da Infância e Adolescência Missionária.

Com a Infância e Adolescência Missionária temos uma vasta programação que inclui preparação da celebração da palavra e homilia dominical, retiros, visitas às comunidades durante a quaresma e tempo pascal, que são caminhadas de até cinco quilômetros junto com as crianças e adolescentes. Colaboramos com uma escolinha na comunidade Adine I que oferece reforço escolar, alfabetização e aulas de inglês. No mês de julho acompanhamos a “colônia de férias” que são momentos de convívio fraterno, reflexão e partilha sobre temas formativos, oração, oficinas de artesanato, teatro, danças, cantos, poesias...

Com as mulheres, trabalhamos a promoção delas ensinando corte e costura, artesanato, tricô e crochê. Também assessoramos encontros sobre associativismo, alimentação e saúde da mulher e da criança.

Na comunidade de Mulevala, com 96 mulheres iniciamos um trabalho sobre medicina verde, que duraram quatro meses devido à morte prematura do padre Domingos, responsável pela missão, vítima de acidente de carro. Contudo, continuamos atendendo aos doentes, uma semana por mês, na diocese de Gurue, na província da Zambézia.

As dificuldades encontradas (malária, parasita e outras enfermidades) são pouca coisa diante das oportunidades, aprendizagem e alegrias proporcionadas pela convivência com este povo.

Louvo e agradeço a Deus por esta oportunidade que me foi dada e que deixa o desejo de querer continuar mais e mais. ■

O Papel da Escola entre os Povos Indígenas

De instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural

Leda Bosi
Sedoc

Após integrar durante vários anos a equipe do Cimi, em Brasília, Gilberto Dalmolin inseriu-se, a partir de 1991, na realidade dos povos indígenas na Amazônia Ocidental, vinculando seu trabalho à Universidade Federal do Acre.

Resultado desta experiência é o livro "O Papel da Escola entre os povos Indígenas". O texto reflete um estudo das teorias elaboradas por aqueles que se dedicaram à temática da educação em sociedades plurais e, ao mesmo tempo, mostra os anos de inserção concreta e de diálogo que o autor construiu com as populações indígenas.

Sua trajetória de vida permitiu-lhe acompanhar de perto os problemas de um sistema escolar transferido para dentro das áreas indígenas num processo de integração e de exclusão socioeconômica. Apoiado em uma pedagogia repressiva, em que a criança

indígena era "preparada" para uma vida em outra realidade, desconectada de seu contexto, este modelo de política educacional impositivo desconsiderava como válidos os saberes e as culturas indígenas às quais a escola se destinava.

De outro lado, em decorrência do texto da Constituição de 1988, o autor procura compreender o esforço dos povos indígenas em "submeter" o espaço escolar às suas demandas, entendendo a escola, apesar de suas contradições, como "recurso estratégico de resistência e emancipação".

Ao se referir à política atual de educação escolar indígena, Dalmolin cita entidades que contribuíram para uma mudança nessa política, como o Cimi, o Comin (Conselho de Missão entre Índios) e o CPI/AC (Comissão Pró-Índio do Acre), que enfatizaram a importância da formação de professores indígenas e a visão de escola como uma instituição que faça sentido para a vida dos povos, um instrumento a favor de suas lutas



O Papel da Escola entre os Povos Indígenas
Gilberto Francisco Dalmolin.
Rio Branco: EDUFAC, 2004. 425p.

perseguir com mais insistência, e que diz respeito à percepção das lideranças indígenas sobre esse novo papel da escola, em especial na luta contra o preconceito e a discriminação, e, ainda, seu papel na luta pela autonomia indígena.

O estudo realizado adquire relevância especial se tivermos em conta a enorme diversidade étnica que marca a região abrangida pela pesquisa, a Amazônia Ocidental. Vivem ali 18 povos, distribuídos em cerca de 185 comunidades distintas, com problemas e interesses comuns e diversos, ou seja, perseguindo múltiplas opções de futuro. Por isso, também, cada comunidade modelará o espaço escolar de acordo com suas expectativas e demandas.

A publicação deste trabalho representa uma importante contribuição para os professores e as lideranças indígenas não só do Acre, mas para todos que se esforçam na busca de construir uma escola compatível aos interesses das comunidades. ■

Brasil Indígena – 500 anos de resistência

Durante muito tempo os povos indígenas estiveram praticamente ausentes da história oficial. Nos registros escritos à época da chegada dos europeus, os índios eram inevitavelmente mencionados. Depois, na história dos séculos seguintes, um silêncio total.

A partir da década de 1970, por meio de publicações e da criação de um movimento indígena essa visão começou a ser mudada. Em 2000 foi publicado, pela primeira vez, o livro

Brasil Indígena – 500 anos de resistência, como forma de apresentar uma visão diferenciada da história oficial e incitar uma reflexão crítica acerca das questões indígenas.

Este ano, motivada pela Lei 11.465/08 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena", a editora FTD lançou uma nova edição do *Brasil Indígena*.

O livro é dividido em três partes. Na primeira, segue a trilha dos ante-



Brasil Indígena – 500 anos de resistência
Benedito Prezia e Eduardo Hoornaert
São Paulo: FTD, 2008. 2ª ed.

passados na pré-história americana e são apresentadas diversas culturas do continente. Na segunda, adentra na história da conquista e do genocídio ocorrido desde a chegada dos europeus ao continente. A terceira conta que essa é uma história cheia de tragédias e de poucas esperanças, mas que começa a mudar nas últimas décadas, muito pela organização do movimento indígena e pelo anúncio da sobrevivência de grupos historicamente esquecidos ou silenciados. ■

Assine o PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br



Nós somos a cultura da terra brotando com os rios da Pachamama cantando com a língua das flautas dançando com pássaros e cores nós somos a terra livre grávida de milho e sonhos brincando, amando, gerando, plantando, nascendo, crescendo na pura nudez da vida na plena embriaguez da paz



APOIADORES
caritas
 HORIZON 2000
 UNIAO EUROPEIA